

Especialistas criticam reforma do ensino em SP

Educadores afirmam que projeto do governo se baseia em medidas superficiais e até agora não se falou em reorientação curricular ou aperfeiçoamento profissional

ROSA LUIZA BAPTISTELLA

A reorganização das escolas estaduais vai trazer mais problemas sociais do que benefícios pedagógicos à comunidade escolar, na opinião de alguns educadores paulistas. Entre eles, há quem afirme que o principal objetivo do governo do Estado é preparar o terreno para municipalização do ensino de 1ª a 4ª série.

"Esse projeto é a preparação para uma municipalização compulsória e precoce de parte da rede", atacou o ex-secretário municipal de Educação, Mário Sérgio Cortella. "Essa perspectiva é a destruição da escola pública", acrescentou o professor Rubens Barbosa de Camargo, presidente do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública. Os orçamentos municipais, alegou, são insuficientes para arcar com os custos no primeiro grau porque já mantêm a pré-escola.

Pelo projeto do governo, que vai vigorar no próximo ano em cerca 70% das 6,5 mil escolas, parte da rede atenderá exclusivamente a alunos de 1ª a 4ª série, como era antigamente no grupo escolar, e outros prédios serão destinados a classes de 5ª a 8ª série mais o 2º grau. De acordo com a cartilha

distribuída pela Secretaria de Educação, o projeto não está vinculado à municipalização. "A parceria com os municípios depende de uma série de condições que serão estudadas caso a caso", diz o texto da cartilha.

PARO: RESTRIÇÕES ÀS MEDIDAS ANUNCIADAS

Falhas — Uma das principais críticas dos educadores refere-se à falta de medidas voltadas à melhoria da qualidade de ensino no contexto da proposta. "Por enquanto não se falou em reorientação curricular ou aperfeiçoamento profissional", constatou Cortella, que é professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). "O projeto baseia-se em medidas superficiais, que não tocam fundo na questão da educação", analisou o professor de Administração Escolar da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), Vítor

Paro, autor do livro *Por dentro da Escola Pública*. Membro do Conselho de Escola da Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Fidelino de Figueiredo, onde seus filhos estudam no bairro de Santa Cecília, Cortella diz a grande mudança anunciada até agora é o remanejamento de alunos e a dispensa de 30 mil professores. Para ele, apartar os alu-



Cortella: a grande mudança até agora é o remanejamento de alunos e a dispensa de professores

nos vai dificultar a vida das famílias, principalmente se as crianças precisarem de transporte para chegar à escola.

A separação de crianças e adolescentes tem um aspecto negativo, segundo a vice-diretora da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp/Araraquara, Alda Junquei-

ra Marin: "Vai cercear a socialização das crianças." No aspecto pedagógico, ela acha que a proposta deveria encontrar soluções para os problemas atuais e não fazer mudanças baseadas em críticas ao atual modelo.

A pró-reitora de graduação da Universidade Estadual Paulista

(Unesp), Maria Aparecida Viggiani Bicudo, acha que a preparação de um projeto pedagógico precisa considerar a realidade das pessoas às quais se destina. "A proposta deve envolver uma política educacional, ir além de uma reorganização administrativa", disse a Maria Aparecida.